



EDSON RODRIGUES/SECOM-MT

Na pauta do Senado, impenhorabilidade de máquinas agrícolas e parcelamento de área menor que um módulo rural, medidas que favorecem a agricultura familiar

LDO volta a mobilizar o Congresso nesta semana

No **Senado**, pauta inclui quatro propostas de emenda à Constituição. **Orçamento** para 2007 chega ao Congresso prevendo **salário mínimo** de R\$ 375. **Servidores** não devem ter reajuste

PÁGINAS 3, 4 E 5

— cidadania

Hemofílicos podem ter vida normal

Cuidados adequados garantem a hemofílicos condições normais de vida. No Brasil, eles têm direito a receber de graça do SUS os medicamentos e o tratamento. Veja no *Especial Cidadania* informações sobre essa e outras doenças hemorrágicas. O Brasil deve passar a produzir hemoderivados a partir de 2008, em fábrica em Pernambuco.

PÁGINA 12

Conselho de Ética ouve donos da Planam e CPI vota requerimentos

Conselho de Ética ouve nesta terça-feira Luiz Antônio e Darci Vedoin sobre denúncias de envolvimento dos senadores Ney Suassuna, Serys Shessarenko e Magno Malta no

esquema de compra superfaturada de ambulâncias com verbas do Orçamento. No mesmo dia, a CPI dos Sanguessugas realiza reunião para votar mais de 130 requerimentos.

PÁGINAS 6 E 7



JOSE CRUZ/ABR

Ao lado de Paulo Octávio e Demostenes Torres, o presidente do Conselho de Ética João Alberto entrega ao relator Jefferson Péres processo contra Ney Suassuna

Brasil e China reafirmam compromisso de cooperação

PÁGINA 8

e mais...

| | |
|---------------------|-----------|
| AGENDA | Página 2 |
| PERGUNTE AO SENADOR | Página 9 |
| FRASES | Página 9 |
| VOZ DO LEITOR | Página 9 |
| ACONTECEU NO SENADO | Página 11 |

Presidência

Renan recebe diretor do Banco Mundial

Dez dias depois de o Banco Mundial (Bird) anunciar que limitará empréstimos a países com governos envolvidos em corrupção, o diretor da instituição para o Brasil, John Briscoe, será recebido nesta segunda-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Eles devem discutir as normas para desburocratizar o país, garantir segurança jurídica e combater a corrupção, assim como a definição de marcos legais eficientes para o Brasil atrair mais investimentos.

Diretor do Banco Mundial para o Brasil desde outubro do ano passado, John Briscoe deverá expor a Renan a linha de atuação da instituição junto a projetos estruturantes. Esses projetos contemplam, entre outros assuntos, turismo, meio ambiente, reforma administrativa, modernização do Estado e agricultura. Renan dirá a Briscoe como o Senado pode contribuir para firmar parcerias institucionais visando reduzir os ambientes para a corrupção.

Renan entende que, aprovando leis capazes de coibir o desvio de dinheiro público e propiciando segurança jurídica a quem investir no Brasil, o

Legislativo poderá contribuir para aumentar o fluxo de capitais estrangeiros. Isso com base no entendimento de que, muitas vezes, um organismo internacional quer investir num país e não o faz porque, sendo os contratos acertos de longo prazo, teme que futuras leis impeçam a concretização do que foi contratado.

Deve entrar em vigor no fim do mês a decisão do Bird de restringir a concessão de empréstimos a países com governos envolvidos com corrupção. O documento divulgado afirma que onde o governo for frágil e a corrupção estiver bloqueando o desenvolvimento, restará à instituição reduzir o financiamento, participar de atividades que não demandem crédito ou cortar o apoio financeiro.

O Bird não menciona qualquer lista de países por grau de corrupção. O texto, intitulado "Fortalecendo o Compromisso do Banco Mundial com a Governabilidade e o Combate à Corrupção", é a base do que será apresentado aos países que fazem parte do Bird, durante a sua reunião anual com o Fundo Monetário Internacional (FMI), neste mês, em Cingapura.



Em encontro na última quarta-feira com o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu mudanças no processo político, com destaque para as reformas política e tributária. A idéia é um acordo suprapartidário - nomeado de "concertação política" - em torno de uma agenda positiva que viabilize a governabilidade. Para Tarso Genro, os principais itens desse acordo são a reforma política; a reforma legislativa, com novo trâmite para as leis orçamentárias e suas emendas; e o fim da reeleição.

Eleições 2006

Não vou poder votar. O que devo fazer?



São várias as situações que impedem o eleitor de cumprir o seu dever - ou exercer o seu direito - de votar.

O **Jornal do Senado** procurou se informar sobre algumas delas, apresentando ao eleitor os meios de evitar problemas com a Justiça Eleitoral.

1) Estou no Brasil, mas longe do meu domicílio eleitoral no dia da eleição.

Esse é o caso mais comum e, para tanto, a Justiça Eleitoral já está preparada. O formulário para justificativa será fornecido gratuitamente nos cartórios eleitorais, nos locais de votação ou nos endereços dos tribunais regionais eleitorais na internet (www.tre-xx.gov.br, onde xx é a sigla da respectiva unidade da Federação: "rj", por exemplo). O documento já está disponível, mas não poderá ser obtido depois do dia da eleição. Preencha seus dados (nome, estado onde vota, nome da mãe, data de nascimento e número do título de eleitor) e entregue o formulário na seção eleitoral mais próxima, apresentando documento de identificação com foto. A justificativa será processada pelos mesários, que estarão informados sobre os procedimentos necessários.

2) Estou em uma cidade onde não haverá 2º turno em 29 de outubro. Como proceder?

Valem os mesmos procedimentos, pois mesmo que não haja votação na localidade onde o eleitor estiver, o TRE instalará seções exclusivamente para receber justificativas de ausência. A lista dos locais para justificativa será divulgada e pode ser consultada no cartório eleitoral do município. Os TREs devem publicar o endereço e o telefone dos locais onde será feita a justificativa eleitoral, inclusive em

seus endereços na internet.

3) E se acontece o contrário? Estou em um município onde há 2º turno, mas na minha cidade não há votação.

Caso a eleição em seu domicílio eleitoral já tenha sido decidida, sua obrigação com a Justiça Eleitoral já está cumprida. Não há o que justificar.

4) Estou fora do Brasil no dia da eleição.

As embaixadas e consulados brasileiros estarão abertos para receber justificativas de ausência da eleição. Porém, caso o eleitor não esteja em uma localidade onde haja missão diplomática do país, ele tem 30 dias, depois de sua volta para o Brasil, para justificar a ausência junto ao cartório eleitoral. Para isso, ele deve apresentar comprovante de ausência do país, como passaporte (com os respectivos vistos) ou passagem de avião, ônibus ou trem, devidamente identificada. Em último caso, sem documentos que comprovem a ausência do país, como os demais eleitores, o viajante tem até 60 dias após cada turno da eleição para apresentar requerimento de justificativa ao juiz da sua zona eleitoral. Finalizado esse prazo, o eleitor fica sujeito a multa.

Se o eleitor estiver fora do país por conta de sua profissão (piloto de avião, militar em missão no exterior, marinheiro, tripulação de navio, comissário(a) de bordo, etc.), também deve, até 60 dias após a eleição, comparecer ao cartório eleitoral com uma declaração da empresa ou instituição onde trabalha, afirmando que o trabalhador estava a serviço fora do país no dia da eleição.

5) Moro fora do Brasil, mas ainda não transferi meu título para votar no exterior. O que faço então?

Nesse caso, também é preciso justificar o voto junto ao seu domicílio eleitoral. Isso pode

ser feito na embaixada ou no consulado brasileiro no exterior, por meio de requerimento entregue pessoalmente, ou por meio de carta, ao Tribunal Regional Eleitoral do seu estado. Esse requerimento deve ser entregue em até 60 dias após a eleição, acompanhado de cópia de documento de identificação (RG, passaporte ou outro).

6) Uma doença me impossibilita de sair de casa para votar ou até mesmo para justificar minha ausência.

O eleitor nessa situação tem até 60 dias para justificar seu voto junto ao cartório eleitoral mais próximo, munido de atestado médico que demonstre que estava doente no dia da eleição. Nesse caso incluem-se as mulheres grávidas.

7) Estou trabalhando, de plantão, no dia da eleição e não posso deixar meu posto.

Os trabalhadores em serviços essenciais e de utilidade pública, como médicos, enfermeiros, policiais, bombeiros, não são dispensados do dever de votar. Para que não percam tempo em filas, as instituições ou empresas para as quais trabalham devem pedir formalmente ao juiz eleitoral que seja dada prioridade a esses trabalhadores na hora de votar.

8) Estou longe da minha cidade e quero votar. O meu patrão tem obrigação de me dispensar do trabalho no dia seguinte à eleição?

Não há esse tipo de previsão na legislação eleitoral. Caso não haja compatibilidade com o trabalho, o jeito é justificar.

9) Já justifiquei meu voto nas últimas eleições. Ainda posso justificar este ano?

Não há limite para o eleitor justificar sua ausência no dia da votação. A justificativa eleitoral substitui integralmente o voto.

A coluna *Eleições 2006* será veiculada às segundas-feiras pelo *Jornal do Senado* durante o período de campanha eleitoral para esclarecer dúvidas freqüentes dos cidadãos relacionadas ao tema.

Comissões

TERÇA-FEIRA

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixadores – Em pauta as indicações de Tomas Mauricio Guggenheim e Josal Luiz Pellegrino como embaixadores nas Bahamas e no Zâmbia.

10h – EDUCAÇÃO e SUBCOMISSÃO DE CINEMA

Meia-entrada – Audiência pública discute o pagamento de meia-entrada por estudantes.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Impostos – Em exame emenda ao PLS 397/99, que regula os demonstrativos dos efeitos decorrentes de benefícios tributários,

financeiros e creditícios. **Autor:** Edison Lobão (PFL-MA). **Relator:** Eduardo Suplicy (PT-SP).

10h30 – EDUCAÇÃO

Rádio e TV – Projetos dão outorga ou permissão de concessões de rádio e de televisão,

11h30 – AGRICULTURA

Crédito rural – Projeto (PLS 265/03) inclui arrendatários de terras, parceiros e consórcios em programas de crédito rural. **Autor:** Tasso Jereissati (PSDB-CE). **Relator:** Flávio Arns (PT-PR).

11h30 – MEIO AMBIENTE

Avisos – TCU informa auditorias nas obras do Aeroporto de Salvador e na gestão do Fundo Constitucional do Nordeste.

12h – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Municípios – Projeto altera o Estatuto das Cidades para ampliar o prazo de elaboração dos planos diretores municipais. **Autor:** Flexa Ribeiro (PSDB-PA). **Relator:** Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

14h – ASSUNTOS SOCIAIS

Ensino profissionalizante – Audiência pública com representantes da Federação Nacional dos Técnicos e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, entre outros.

15h – ANO DA MULHER LATINO-AMERICANA

Relatório – Está prevista a votação do relatório final da comissão.

Plenário

PLENÁRIO

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Endividamento – Em pauta, projeto que autoriza a elevação do limite de endividamento da Transpetro em até R\$ 5,6 bilhões, para contratar empréstimo (PRS 49/06).

PEC – Na agenda, várias propostas de emendas à Constituição, como a que obriga o presidente da República a comparecer às sessões de abertura do ano legislativo (PEC 64/99).

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto – Os lí-

deres e o presidente Renan Calheiros reúnem-se para definir a pauta. A agenda depende do resultado das sessões da Câmara, onde estão cerca de 20 medidas provisórias que, se votadas, serão enviadas para o Senado, trancando a pauta.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto – A pauta depende da reunião de líderes e das votações da Câmara.

QUINTA-FEIRA

Feriado. Não haverá sessão

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

CONGRESSO Prazo apertado, calendário eleitoral e disputas ameaçam exame do texto orçamentário para 2007

Dificuldades para votar o Orçamento



O próximo governo corre risco de iniciar sua administração sem Orçamento aprovado, como ocorreu neste exercício. Parecida com a de 2006, com ênfase nos gastos sociais e maior robustez nos investimentos, a proposta entregue pelo Executivo na última quinta-feira, portanto, na data limite prevista na Constituição, deixou vários entraves para o Congresso solucionar em um ano espremido pelo calendário eleitoral.

Mesmo se a opção negociada pelo relator, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), for um rito sumário para a tramitação do projeto, a Comissão Mista de Orçamento terá só um mês e meio para aprová-lo na atual sessão legislativa, que termina em 15 de dezembro. Mobilizados pelas eleições em seus estados, os parlamentares só deverão se debruçar sobre o Orçamento depois do segundo turno, em 29 de outubro. E isso sem levar em conta as disputas políticas que prometem continuar impedindo algumas votações.

O atraso na aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO),

que volta à pauta do Congresso nesta semana, provocou um dos principais entraves que o governo preferiu resolver com os parlamentares. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) planejou os gastos de 2007 com base no substitutivo ao projeto da LDO elaborado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) aprovado na comissão. Só que o compromisso do governo de reduzir as despesas correntes, como pessoal e custeio da máquina, em 0,1% do produto interno bruto (PIB) não pôde ser cumprido.

Segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, as alterações feitas pelos parlamentares na aplicação desse dispositivo de contenção de gastos deram margem a várias interpretações. Um dos argumentos do ministro é que o percentual de 0,1% passou a incidir sobre as despesas autorizadas em 2006, e não sobre os valores estimados, como previa o texto original. Como existem R\$ 7 bilhões em créditos adicionais em tramitação, modificando a base de cálculo deste ano, “não temos como prever o limite efetivo”, justificou ele.

A alternativa será promover uma renegociação com o relator da LDO e costurar um acordo com

os líderes, ou acertar cortes no projeto orçamentário. Qualquer dessas soluções enfrentará o acirramento das disputas antes das eleições e o descontentamento pós-eleitoral. Sob a ótica técnica, alguns planos anunciados pelo governo para 2007 indicam, na avaliação preliminar dos consultores de orçamento da Casa, a dificuldade de promover queda nos gastos federais na proporção de 0,1% do PIB.

Um dos exemplos é a reestruturação de carreiras do funcionalismo e a substituição dos terceirizados. Apesar de o governo não ter aceitado com aumentos salariais, os gastos com pessoal devem subir de R\$ 106,7 bilhões para R\$ 117,9 bilhões, com um acréscimo de R\$ 11,2 bilhões no próximo exercício.

Só o Executivo calcula um gasto de R\$ 796,7 milhões para substituir 13.532 terceirizados e preencher 15.195 novas vagas. No Judiciário, segundo o secretário executivo do Planejamento, João Bernardo Brinigel, estão previstas 14.936 vagas, com gasto estimado em R\$ 436,2



Paulo Bernardo: proposta enviada pelo Executivo prevê salário mínimo de R\$ 375

milhões. No Ministério Público, são 2.194 vagas com despesa orçada em R\$ 103,8 milhões; no Legislativo, 799 vagas, com um gasto previsto de R\$ 65,3 milhões.

Outros temas que prometem suscitar muita discussão, atrasando a tramitação da LDO, são o aumento da carga tributária – os impostos e as contribuições administradas pela Receita Federal deverão subir para R\$ 400,3 bilhões, ou seja, 17,41% do PIB contra 17,24% do PIB este ano – e a desoneração das exportações, conhecida como Lei Kandir.

Mais uma vez, o governo deixou a negociação para o Congresso.

Porém, com a diferença de que o projeto de 2006 não previa ressarcimento para os estados exportadores. Na proposta de 2007, o Executivo orçou somente R\$ 3,9 bilhões, e ainda em uma reserva especial cuja liberação depende da regulamentação do fundo de compensação pelas isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Além de buscar R\$ 1,3 bilhão para garantir o mesmo montante deste ano, o Congresso terá de enfrentar a pressão dos governadores, que precisam reforçar o caixa para cumprir as promessas de campanha.

4,75%
é o crescimento
previsto para a
economia brasileira
em 2007

Como o governo se planejou para 2007 (em R\$ bilhões)

| | |
|---|---------|
| 1. Orçamento total | 1.511,5 |
| 2. Despesas financeiras | 963,7 |
| 2.1. Refinanciamento da dívida pública | 655,8 |
| 2.2. Juros e encargos da dívida | 165,9 |
| 2.3. Amortização da dívida | 77 |
| 2.4. Demais despesas financeiras | 42 |
| 2.5. Reserva de contingência | 23 |
| 3. Despesas primárias | 547,8 |
| 3.1. Transferências a estados e municípios | 100,3 |
| 3.2. Pessoal e encargos sociais | 119,3 |
| 3.3. Despesas previdenciárias e assistenciais | 210,4 |
| 3.4. Custeio e investimento | 91,4 |
| 3.5. Desoneração das exportações (Lei Kandir) | 3,9 |
| 3.6. Emendas parlamentares | 3,5 |
| 3.7. Demais despesas obrigatórias | 19,0 |

Petrobras deve consumir 78% do investimento em estatais

Mais uma vez os investimentos federais serão alavancados pela Petrobras em 2007. O valor orçado para os programas na área de petróleo e derivados é de R\$ 38,2 bilhões, o que representa 77,5% do orçamento de investimento das estatais – de R\$ 49,4 bilhões para 2007 (neste ano, R\$ 42,3 bilhões). A capacidade de o governo investir os recursos que arrecada continua reduzida. Mas ainda assim haverá crescimento nesse montante, de R\$ 16,2 bilhões para R\$ 17,6 bilhões em 2007, conforme dados divulgados pelo Ministério do Planejamento.

Além de haver um aumento no volume total dos investimentos federais, que sobe de R\$ 58,6 bilhões para R\$ 66,9 bilhões no próximo exercício, o governo divulgou como a grande novidade nessa área a expansão do Projeto Piloto de Investimentos (PPI). Com um modelo de gerenciamento diferenciado e bem-

sucedido, conforme avaliação do ministro do Planejamento, o PPI será ampliado, enquadrando 220 projetos que totalizarão investimentos de R\$ 21 bilhões quando concluídos. “Desse valor, R\$ 8,8 bilhões já foram executados”, afirmou Paulo Bernardo.

Negociado com o Fundo Monetário Internacional, o PPI não é contabilizado no cálculo do que o governo se compromete a economizar para fazer frente ao pagamento dos juros da dívida pública, conhecido por superávit primário. Com essa flexibilidade, o governo aumentou os investimentos do PPI de R\$ 3 bilhões este ano para R\$ 4,6 bilhões no próximo. E incluiu principalmente obras para a adequação e construção de rodovias (R\$ 2 bilhões) e recuperação da malha rodoviária federal (R\$ 1,4 bilhão). No total, os investimentos em rodovias deverão alcançar R\$ 4,6 bilhões em 2007.

Educação e Bolsa Família são prioridade

Os gastos sociais permanecem prioritários no Orçamento de 2007. Apesar de o aumento dos recursos para o combate à fome não ser expressivo – apenas 2% em relação a este ano, com uma previsão de R\$ 10,5 bilhões, dos quais R\$ 8,6 bilhões para o Bolsa Família, mantendo a meta de 11,1 milhões de famílias atendidas (49,77% delas no Nordeste) –, o governo reforçou o dinheiro para educação.

Com isso, as despesas sociais no conjunto devem subir 9,6%, acompanhando de perto o aumento nominal de 9,8% da arrecadação de tributos federais. Elas devem passar de R\$ 57,1 bilhões para R\$ 60,1 bilhões em 2007. A área de educação contará com R\$ 9,1 bilhões, um aumento de 14,8% em relação ao exercício atual. Além disso, o governo orçou mais R\$ 2 bilhões para o Fundo de Manutenção e Desen-

volvimento da Educação Básica (Fundeb), apoiando com quase R\$ 3 bilhões os 48 milhões de alunos que deverão estar matriculados na rede pública estadual e municipal no ano que vem. Para o ensino superior e o profissionalizante estão previstos R\$ 2,17 bilhões.

O secretário de Orçamento Federal (SOF), Ariosto Culau, assegurou que os R\$ 37,4 bilhões orçados para a saúde cumprem o dispositivo constitucional que vincula parte dos recursos para essa área. Ele destacou as dotações do orçamento fiscal e da segurança social para saneamento, que sobem de R\$ 990,1 milhões para R\$ 1,1 bilhão, dos quais R\$ 813,4 milhões para áreas urbanas.

O aumento com os gastos previdenciários e assistenciais é de R\$ 19,9 bilhões em relação ao atual exercício. Foram orçados R\$ 210,5 bilhões para 2007 (dos quais R\$ 181,4 bilhões para benefícios previdenciários), com base em um reajuste do salário mínimo para R\$ 375 a partir de 1º de abril.

Esse reajuste projeta o cálculo com os critérios estipulados pela LDO, considerando reposição da inflação de 4,5% e um crescimento de cerca de 3% do PIB real *per capita*, conforme o secretário da SOF. Essa atualização está bem abaixo dos 16,6% concedidos este ano. O valor do mínimo em dólares, segundo estimativa do governo, passaria de US\$ 159 este ano para US\$ 163 em 2007.

R\$ 46
bilhões
é o déficit estimado
da Previdência para o
próximo ano



CONGRESSO De segunda a quarta-feira, Câmara (trancada por MPs) e Senado (com pauta livre) querem retomar votações



Plenário volta a ter sessões deliberativas nesta segunda-feira: esforço concentrado pode resultar na aprovação da LDO e de quatro propostas de emenda à Constituição, além de outros projetos

LDO é prioridade no esforço concentrado



O Congresso Nacional inicia, a partir desta segunda-feira, novo esforço concentrado de três dias para a votação de projetos. A prioridade do governo e dos líderes partidários é a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, que desta vez inclui metas e objetivos que o governo pretende alcançar nos próximos três anos (veja matéria nesta página).

A LDO deveria ter sido aprovada até o dia 15 de julho para que o Congresso entrasse em recesso. Mesmo sem saber que texto da LDO será aprovado pelos parlamentares, o governo, cumprindo o prazo constitucional, encaminhou na quinta-feira a proposta do Orçamento Geral da União para o ano que vem (veja mais na página 3).

O problema principal é que o Congresso abre o esforço concentrado dividido em dois cenários inteiramente distintos. Na Câmara, os deputados encontrarão, nesta segunda-feira, a pauta trancada por 20 medidas provisórias e cinco projetos de lei com urgência constitucional vencida, mas um forte movimento político nos últimos dias pode viabilizar um acordo para a votação dessas matérias e

de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o voto secreto nas deliberações sobre cassações de mandato. Favoráveis à medida, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, se comprometeram a mobilizar os líderes para garantir quórum para as votações.

Há quem ache que o voto aberto facilitará o controle do poder político pelo poder econômico. Em alguns casos, sou a favor do voto aberto, como no caso de cassação – declarou Renan na semana passada.

PECs e gastos da Transpetro

Já no Senado, a pauta está praticamente livre, à exceção de um projeto de resolução, em regime de urgência, que eleva o limite de gastos da Transpetro, uma subsidiária da Petrobras. A situação pode mudar à medida que a Câmara for votando as MPs e enviá-las ao Senado. Enquanto isso não ocorre, os senadores têm a chance de votar, em segundo turno, uma das quatro PECs inseridas na ordem do dia: a que determina que o presidente da República

deve comparecer ao Congresso, anualmente, no início da sessão legislativa, para entregar a mensagem presidencial aos congressistas (veja reportagem na próxima página).

É provável também a inclusão na pauta de votações do PLS 68/06, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que prorroga por mais dez anos a suspensão do direito de os empresários reivindicarem o ressarcimento de crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) junto aos estados, que a princípio deve terminar no dia 31 de dezembro de 2006.

Embora a Lei Kandir tenha proibido a cobrança de ICMS sobre as exportações, as empresas estão impedidas de pedir, desde 1996, a compensação do imposto cobrado pelos estados ao longo da cadeia produtiva. Sem a prorrogação, os empresários poderiam pleitear, já a partir de 1º de janeiro, seus créditos junto às secretarias de Fazenda. Antes de ir a Plenário, a proposta precisa ser aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cujo presidente, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), pretende votá-la em regime de urgência.

Projeto que trata da Lei Kandir pode ser incluído na pauta

Dívida e crédito para agricultura em pauta

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deverá votar, nesta terça-feira, projeto de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prevê a inclusão, entre os beneficiários do crédito rural, dos produtores de mudas e de sementes e, no setor de pecuária, dos produtores de sêmen e de embriões (PLS 265/03). Arrendatários de terras, parceiros, consórcios e condomínios de produtores rurais, além de quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas não-predatórios também podem ser favorecidos.

Proposição de Efraim Morais (PFL-PB) em pauta na CRA propõe anistia das dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini e

pequenos produtores. Dívidas das cooperativas e associações cujo valor originalmente financiado seja de até R\$ 35 mil também estão contempladas no PLS 259/04. Já a anistia de parte das dívidas que pequenos produtores rurais, pescadores e suas cooperativas e colônias têm junto ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste é objetivo de outro projeto em pauta (PLS 200/02), do então senador Wellington Roberto.

Ensino profissionalizante e meia-entrada estudantil

O PLS 274/03, que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep), e a PEC 24/05, que estipula as fontes de

renda que financiarão esse fundo, serão tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na terça-feira, às 14h. O requerimento foi apresentado por Paulo Paim (PT-RS), também autor das proposições.

Ainda na terça, às 10h, a meia-entrada em produções e espetáculos culturais para estudantes será tema de audiência da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Comissão de Educação (CE). Roberto Saturnino (PT-RJ) é o autor do requerimento.

Na quarta, a CE tem reunião às 10h30. Na pauta, 17 projetos de decreto legislativo que autorizam entidades a realizarem serviços de radiodifusão comunitária.

Proposta do governo é elevar crescimento do PIB

Quando apresentou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi claro ao resumir os principais objetivos econômicos do governo para o ano que vem.

Nosso objetivo nessa LDO é ir aumentando a taxa de crescimento do PIB – anunciou o ministro.

O segredo para alcançar, em um segundo mandato do presidente Lula, os objetivos que não foram atingidos até agora residiria na mudança do foco da política econômica. Nos mesmos moldes das LDOs aprovadas desde 2002, a que está em vigor tinha expectativa de inflação declinante por três anos (no caso, 4,16% em 2006, 3,92% em 2007 e 3,99% em 2008) e mantinha congelada em 4,5% a previsão de aumento do PIB. No novo projeto, a situação se inverte.

Mantega assina uma proposta em que a estimativa de inflação é constante (em 4,5%) para os próximos três anos, enquanto prevê o PIB em trajetória ascendente, com taxas de 4,75%, 5% e 5,25% no período 2007-2009. Ou seja, o governo estaria disposto a trocar uma inflação ligeiramente mais alta pelo crescimento econômico. O instrumento a ser usado é a redução da taxa de juros.

Outra novidade da LDO 2007

está na regra para a contenção das despesas correntes: em 2007 elas devem ser reduzidas em 0,10% do PIB em relação à estimativa das despesas de 2006. O argumento do governo é de que a nova regra é mais eficaz e transparente do que a proposta do ano anterior, que estabelecia um teto para as despesas correntes – em 17% do PIB –, o que acabou não ocorrendo.

Polêmica continua nos gastos do Orçamento

À parte as boas intenções em termos de aquecimento da economia, o mais polêmico ponto na LDO de 2007 – e que foi responsável pelo atraso de meses em sua aprovação pelo Congresso Nacional – é o que dá ao governo a prerrogativa de gastar os recursos do Orçamento de 2007 mesmo que este não tenha sido votado pelo Congresso até o último dia do ano (como, aliás, aconteceu em 2005 em relação ao Orçamento de 2006).

Entre os outros pontos contidos na LDO de 2007, alguns representam a continuidade das regras de 2006: manutenção de superávit primário de 4,25% para o setor público consolidado e da regra para os reajustes do salário mínimo (com base no crescimento real do PIB per capita projetado na proposta orçamentária de 2007).

Câmara espera aprovar fim do voto secreto

O obstáculo, à primeira vista, parece intransponível: acumulam-se diante dos deputados 20 medidas provisórias que obstruem a pauta, mais cinco projetos de lei com urgência constitucional vencida. Das MPs, as duas que tratam da reforma sindical perdem validade nesta terça-feira. Ainda assim, liderados pelo presidente da Casa, Aldo Rebelo, os deputados têm esperança de votar, durante o esforço concentrado desta semana, a proposta de emenda à Constituição (PEC 349/01) que acaba com o voto secreto na apreciação dos processos de cassação de parlamentares.

Aldo Rebelo disse à Agência Câmara que a PEC tem apoio político para ser votada, porque foi aprovada por unanimidade na comissão especial que analisou o mérito.

Sou favorável ao desmembramento da proposta para aprovar o dispositivo que estabelece o voto aberto na apreciação dos processos de perda de mandato. Votações secretas para outras matérias poderiam ficar fora da emenda – declarou o presidente da Câmara.

Em troca de aprovar a proposta, a oposição estaria disposta a aceitar a votação simbólica (sem o registro dos votos no painel eletrônico), sem discussão e sem obstrução das 20 medidas provisórias. Em seguida, pelo

acordo, seriam votados o projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (que cria o Supersimples) e o que cria a Timemania, loteria que beneficiará os clubes de futebol.

Tal acordo deve envolver muita negociação. É que, entre as MPs na pauta da Câmara, estão dez que ficaram conhecidas como o “pacote de bondades” do governo federal. Elas prevêem aumentos salariais para várias categorias de servidores públicos e devem custar R\$ 27,5 bilhões aos cofres públicos nos próximos três anos. As propostas de aumento foram criticadas, inclusive, em declarações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, por terem sido feitas tão próximas ao período eleitoral.

Além do “pacote de bondades”, há na pauta a MP que autorizou o pagamento a anistiados políticos (mais R\$ 200,8 milhões em gastos neste ano); quatro MPs que abrem créditos extraordinários para órgãos do Executivo e para a Justiça Eleitoral (outros R\$ 2,1 bilhões); a regulamentação da carreira de agentes comunitários de saúde; a medida provisória que prorroga em dois anos o prazo para o trabalhador rural requerer aposentadoria por idade e a MP do Refis 3, para permitir o parcelamento em até 130 meses de débitos federais.

CONGRESSO Duas das quatro PECs que podem ser votadas neste esforço concentrado tratam de temas polêmicos

Em debate, quatro mudanças na Constituição



Das quatro propostas de emendas constitucionais (PECs) que constam na pauta de votações do esforço concentrado do Senado Federal que se inicia nesta segunda-feira, duas parecem contar com a aprovação quase unânime dos senadores, porém as outras são potencialmente polêmicas. A PEC 64/99, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), causou enorme debate no Plenário, ao ser aprovada em primeiro turno, em fevereiro do ano passado. Ela trata da obrigatoriedade do comparecimento do presidente da República no início de cada sessão legislativa, para apresentar suas metas para o ano que se inicia. Quanto a isso, há consenso entre os partidos, tanto que essa parte do texto foi aprovada por 67 votos a zero, com 3 abstenções. O segundo parágrafo da proposta é que provocou debates.

A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ainda em fevereiro de 2002, com uma emenda do relator, o então senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), suprimindo o segundo parágrafo, prevendo que o presidente, após o discurso, deveria estar disponível para responder a perguntas dos líderes partidários. Em Plenário, já neste ano, PT, PSDB e PMDB ficaram favoráveis à supressão, mas o PFL e outros partidos menores tentaram até o final, sem sucesso, derrubar a mudança do relator.

A segunda PEC (30/02) diz respeito às regras de reeleição para os casos em que os vices assumem os cargos de prefeito, governador ou presidente. Pela proposta do ex-senador Paulo Souto (PFL-BA), eles poderão disputar o cargo desde que a interinidade, nos seis meses anteriores ao pleito, não ultrapasse 15 dias.

A emenda teve parecer favorável do relator Tasso Jereissati (PSDB-

CE) aprovado pela CCJ em maio de 2003, mas, por falta de acordo entre as lideranças, há três anos sua votação em Plenário tem sido sucessivamente adiada.

Preocupada em criar parâmetros claros, no texto constitucional, para medir os avanços obtidos na área social, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou a PEC 29/03, pela qual os gestores públicos serão obrigados a cumprir as metas sociais assim como hoje já são compelidos a respeitar, na área econômica, as regras rígidas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

– A aprovação da PEC será o passo inicial para a construção de uma Lei de Responsabilidade Social, que definirá metas macro-sociais para o país, além de

instituir um Índice Nacional de Responsabilidade Social e estabelecer normas de políticas públicas voltadas para a responsabilidade na gestão social do Estado – justifica a autora da PEC, cujo relatório favorável de Tasso Jereissati foi aprovado pela CCJ em fevereiro deste ano.

A quarta PEC na ordem do dia do esforço concentrado modifica a sistemática de votação dos vetos presidenciais, hoje atribuição de uma sessão conjunta do Congresso Nacional. O autor da PEC 57/05, senador Marco Maciel (PFL-PE), lembra que as regras atuais têm se mostrado totalmente ineficientes. A nova fórmula restabelece (como se previa nas Constituições até 1946) a apreciação separada no Senado e na Câmara, tornando assim menos demorada sua tramitação. Favorável à proposta, o relatório do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) foi aprovado pela CCJ em junho passado.

– Nos últimos dez anos, o presidente enviou ao Congresso 347 vetos totais ou parciais. Desses, apenas 67, ou seja, menos de 20%, foram votados. Em dez anos, o Congresso Nacional destinou, para apreciar vetos, apenas oito sessões – informa o parecer do relator.

Reeleição, metas sociais e vetos também são objeto de PECs

Em 18 anos, 52 modificações

O texto da Constituição de 1988 recebeu 52 alterações. A primeira emenda foi aprovada pelo Congresso quatro anos depois e tratava da remuneração de deputados e vereadores. Desde então, diversas modificações ocorreram, em especial com relação ao sistema previdenciário e ao Poder Judiciário.

A mais recente, promulgada em março deste ano, é sobre a verticalização e modificou as

regras de coligações ainda a tempo de vigorar nas eleições de outubro.

Alterar a Constituição tem sido uma obstinação dos congressistas nos anos recentes. Na Câmara, por exemplo, mais de cem propostas de emendas já foram aprovadas e aguardam a análise de uma comissão especial para ir a Plenário. O Senado, mais comedido, tem apenas 33 PECs aguardando inclusão na pauta.



Produtor rural e sua máquina agrícola: proposta de Simon é limitar os casos de penhora

Penhora de máquinas entra na pauta

Dois projetos que interessam diretamente ao setor rural brasileiro foram incluídos na ordem do dia para o esforço concentrado desta semana: um trata da impenhorabilidade das máquinas e equipamentos agrícolas e outro permite o parcelamento de imóveis de dimensão inferior à do módulo rural em projetos de assentamentos do governo. O primeiro é do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e, se aprovado em turno suplementar, será enviado à Câmara dos Deputados para análise. O segundo, do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), pode virar lei caso passe pelo crivo do Plenário do Senado sem emendas.

No caso da proposta de Simon (PLC 141/99), o que será votado pelos senadores é um substitutivo que o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou ao projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto teve uma tramitação demorada porque alguns senadores alegavam que, como o texto original não previa as exceções da garantia, na prática a medida poderia desestimular os bancos a financiar a compra de máquinas agrícolas.

Simon inicialmente discordou da mudança proposta pela CCJ,

por acreditar que ela tornaria nula a eficácia do projeto. Após as explicações do relator e da defesa das alterações feita pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), Simon concordou com a aprovação do substitutivo, cujo texto incluiu uma frase tratando das exceções. Desse modo, poderá haver penhora se as máquinas objeto de financiamento estiverem vinculadas à garantia ou se responderem por dívida de natureza alimentar ou trabalhista.

A outra matéria (PLC 31/04) que interessa diretamente ao setor rural já foi aprovada em duas comissões da Câmara dos Deputados e pode beneficiar especialmente os pequenos agricultores, por permitir, em projetos de assentamento oficiais, o parcelamento dos lotes rurais em tamanho menor do que o módulo rural, definido pelo Estatuto da Terra (Lei 4.504/64). Sua área máxima e tipo de atividade que pode ser ali desenvolvida são variáveis de região para região, ainda de acordo com a lei.

Na prática, porém, de acordo com o relator na Comissão de

Agricultura da Câmara, o então deputado Hugo Biehl (PPB-SC), a fixação do módulo não considera que o Brasil abriga os mais variados relevos, climas, tipos de solo, culturas regionais e níveis de desenvolvimento social e econômico. Biehl cita ainda precedentes em que o módulo rural não é impedimento para o reconhecimento da proprie-

dade como unidade familiar. É o caso do usucapião especial, previsto pela Constituição para propriedades de menos de 50 hectares, quando o módulo do Inca

Modificação no texto original permitiu a aprovação do projeto na CCJ

chega a até 120 hectares. Para o relator no Senado, Osmar Dias (PDT-PR), a proposta tem méritos evidentes, pois não beneficia a iniciativa privada, mas apenas os programas de assentamento promovidos pelo poder público.

“Esses assentamentos contribuem para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político dos cidadãos envolvidos, com ampla repercussão no crescimento econômico e na geração de emprego e renda das comunidades beneficiadas”, afirma Osmar Dias em seu relatório.

Governo e oposição divergem sobre projeto da Transpetro

O último esforço concentrado antes das eleições pode permitir ainda que o Plenário aprove o projeto de resolução (PRS 49/06) que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar temporariamente, em até R\$ 5,6 bilhões, seu limite de endividamento. A oposição, que já negou apoio à proposta em agosto, questiona se a empresa tem capacidade para

assumir dívida tão elevada. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), por exemplo, lembrou que a Transpetro tem fluxo de caixa entre R\$ 300 milhões e R\$ 500 milhões.

A Transpetro necessita de autorização do Senado para elevar sua capacidade de endividamento e, assim, obter recursos junto ao Fundo de Marinha Mercante

(FMM) para executar programa de modernização e expansão de sua frota de navios. Em defesa do projeto, os líderes governistas argumentam que as encomendas feitas aos estaleiros nacionais – que incluem, além de reformas em navios antigos, a compra de 42 novas embarcações – vão permitir a recuperação da indústria naval e gerar cerca de 20 mil empregos.

SANGUESSUGAS Donos da Planam são os primeiros depoentes em processos por quebra de decoro parlamentar

Conselho de Ética interroga os Vedoin



O Conselho de Ética do Senado deverá interrogar nesta terça-feira os donos da empresa Planam, Luiz Antônio e Darci Vedoin, e o parceiro deles, Ronildo Medeiros, todos ligados à máfia dos sanguessugas. Eles falarão sobre a suposta participação dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Shlessarenko (PT-MT) no esquema de corrupção que envolvia a venda de ambulâncias superfaturadas.

A decisão foi anunciada pelo presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), depois de conversar com Jefferson Péres (PDT-AM), Demostenes Torres (PFL-GO) e Paulo Octávio (PFL-DF), respectivamente relatores dos processos contra Suassuna, Magno Malta e Serys.

– O interrogatório em princípio será aberto e começará na

terça, mas poderá ser estendido até a quarta, se houver necessidade – antecipou João Alberto, explicando que Luiz Antônio e seu pai Darci são os principais empresários do esquema, além de terem fornecido a maior parte das informações sobre o caso à Justiça e à CPI dos Sanguessugas.

Para a quarta-feira, estão programados os depoimentos do presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), e do deputado Lino Rossi (PP-MT). No processo contra Ney Suassuna, a principal testemunha a ser ouvida é seu assessor Marcelo Cardoso Carvalho, suposto testa-de-ferro para o recebimento de propinas.

Biscaia, por sua vez, falará sobre as acusações a Suassuna, que apresentou mais três testemunhas. Já Rossi será inquirido sobre

o suposto empréstimo a Magno Malta de um carro pertencente à Planam. O deputado enviou carta ao conselho inocentando Malta, mas será ouvido assim mesmo.

Ainda na quarta-feira, deverão ser ouvidos a ex-assessora especial do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino, o genro da senadora Serys Shlessarenko, Paulo Roberto Ribeiro, e Ivo Spínola, genro de Darci Vedoin. Os três também são acusados de participação no esquema de fraudes.

João Alberto explicou que o conselho não tem poder de convocar os depoentes, mas que, se algum recusar o convite, a votação de um requerimento de convocação resolverá o problema. Segundo ele, a meta do colegiado é concluir os trabalhos antes das eleições de 1º de outubro.



João Alberto (E), presidente do conselho, e Jefferson Péres, relator do processo contra Ney Suassuna: semana decisiva

Relatores acham curto o prazo para concluir os processos

O Conselho de Ética talvez não consiga concluir os processos disciplinares contra os senadores Magno Malta, Ney Suassuna e Serys Shlessarenko até o dia 24 de setembro, como pretende o senador João Alberto Souza, presidente do colegiado. Os relatores dos processos, iniciados na semana passada, afirmam que a conclusão dentro do prazo dependerá dos procedimentos que serão adotados para investigar os três parlamentares.

Apesar de defender a conclusão dos trabalhos do Conselho de Ética até aquela data, João Alberto afirma que o cumprimento do prazo não depende dele.

– Esse prazo depende unicamente dos relatores. Mas eles terão todo o meu apoio, inclusive para realizar reuniões aos sábados ou feriados, para dar uma resposta rápida e convincente à sociedade, porque é preciso extirpar do nosso meio os maus políticos – declarou o presidente do conselho.

Para o senador Jefferson Péres, relator do processo contra Suassuna, não é possível ainda prever se os trabalhos do Conselho de Ética estarão concluídos antes das eleições marcadas para 1º de outubro.

– Tudo depende da quantidade de testemunhas que ouviremos, principalmente as arroladas pelos acusados. Depois que os processos forem concluídos no conselho, a CCJ [Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania] ainda tem prazo de cinco sessões para se pronunciar – explicou Jefferson Péres.

Já o senador Demostenes Torres, relator do processo contra Magno Malta, afirma que há várias decisões que poderão atrasar ainda mais as investigações do Conselho de Ética, além dos

depoimentos. Como exemplo, ele citou um possível pedido, pela comissão, de quebra dos sigilos fiscal, telefônico e bancário de algum acusado ou de pessoa ligada a ele. Nesse caso, o colegiado não teria mais controle sobre os prazos previstos para a conclusão dos trabalhos.

– Qualquer previsão de prazo nesse momento é temerária porque, se for necessária a quebra de sigilo de alguém, passaremos a depender das informações enviadas pelo Banco Central, pelo fisco e pelas telefônicas – explicou Demostenes.

O senador Paulo Octávio, que somente na segunda-feira passada foi designado relator do processo contra Serys, mostrou-se

mais otimista: disse esperar concluir seu parecer até o final de setembro.

– Temos todos pouco tempo para nos dedicar aos processos, mas espero que estejam concluídos até o final de setembro, porque a sociedade brasileira exige uma explicação sobre tudo o que está acontecendo – observou o parlamentar.

Os relatores garantem que certos procedimentos investigativos, mesmo que venham a atrasar os pareceres aos processos disciplinares, são necessários para garantir um julgamento isento e responsável.

– Não podemos correr o risco de punir pessoas inocentes. Temos que trabalhar com senso de justiça – destacou Paulo Octávio.

Jefferson Péres, por sua vez, afirma que não vai se deixar intimidar por pressão da opinião pública, mas lembrou que é preciso saber julgar.

– Eu sou o juiz do meu processo, e, se chegar à conclusão pela absolvição, eu a pedirei. Mas, se concluir pela culpa, pedirei a punição – garantiu.

Presidente da CPI dos Sanguessugas fala ao conselho na quarta-feira

Antero nega acusações de Vedoin

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) voltou a negar, na semana passada, as acusações de envolvimento com a máfia dos sanguessugas feitas pelo empresário Luiz Antônio Vedoin. O parlamentar também apresentou sua defesa documentada à CPI dos Sanguessugas, que investiga o caso.

Em entrevista, Antero declarou ter cancelado, em novembro de 2001, quatro emendas ao Orçamento da União que seriam apresentadas em seu nome. Elas teriam como objetivo liberar R\$ 320 mil para a compra de ambulâncias por quatro municípios de Mato Grosso. Segundo o senador, as emendas foram elaboradas por Lino Rossi, que na época era deputado federal pelo PSDB mato-grossense e hoje integra o PP.

Lino Rossi – apontado como um dos principais operadores do esquema dentro do Congresso – fora autorizado pela bancada estadual do PSDB a tratar de emendas como as relacionadas à compra de unidades móveis de saúde. Antero reconheceu que, como integrante da bancada, assinou

o documento que dava essa autorização a Rossi.

– Assinei, assim como toda a bancada o fez, mas jamais pensei que isso fosse usado para a prática de fraudes – ressaltou o senador.

Ele disse ainda não saber se as quatro emendas acabaram sendo executadas. Mas frisou que, se isso ocorreu, não foi em seu nome. Antero explicou que decidiu cancelar as emendas após discutir o assunto com um especialista que era, na época, secretário de Saúde de Mato Grosso.

“Vedoin negocia os seus depoimentos”

Antero de Barros criticou as denúncias de Luiz Antônio Vedoin, ressaltando que, durante os depoimentos prestados à Justiça Federal, o empresário não havia citado seu nome. Segundo o parlamentar, Vedoin só o acusou depois que ele pediu sua prisão.

– Luiz Vedoin está claramente negociando seus depoimentos – acusou Antero.

O senador esteve acompanhado, durante a entrevista, pelo presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati

(CE), pelo líder do partido no Senado, Arthur Virgílio (AM), e pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Arthur Virgílio declarou que Antero “não tem vocação para ladrão” e insinuou que o senador por Mato Grosso pode estar sendo acusado neste momento porque denunciou, em 2004, um esquema de corrupção que envolvia Waldomiro Diniz – assessor do então ministro José Dirceu na Casa Civil.

Jereissati, por sua vez, afirmou que “não há absolutamente qualquer indício ou prova contra Antero” e que “não se pode confundir inocentes e acusadores com culpados e acusados”.

– Mas, se aparecer qualquer indício ou prova contra ele [Antero] ou contra qualquer outro parlamentar do PSDB, o denunciado será imediatamente expulso, como já fizemos antes – destacou o presidente do partido.

O PSDB divulgou nota de apoio a Antero, assinada por Arthur Virgílio e Jereissati, na qual afirma que “uma avaliação pormenorizada dos documentos referentes a tais acusações” permite concluir pela “intenção política das mesmas”.

O presidente do Conselho de Ética, senador João Alberto Souza, recomendou a Antero Paes de Barros que envie sua defesa prévia ao colegiado, mesmo que nenhum pedido de processo disciplinar contra ele tenha sido feito.

– Normalmente, quando há uma denúncia contra qualquer parlamentar, é aconselhável e até saudável que ele envie logo uma defesa prévia ao conselho, para prestar uma satisfação – afirmou João Alberto.



Antero, entre Tasso (E) e Virgílio: presidente e líder do PSDB assinam nota em apoio ao senador assegurando que não há provas contra ele

SANGUESSUGAS Proposta no Senado acaba com artifício usado por culpados de irregularidades para tentar eleição

Nova norma aperta o cerco aos corruptos



As investigações da CPI dos Sanguessugas reacenderam o debate sobre a

necessidade de mecanismos capazes de impedir que pessoas envolvidas em corrupção e desvio de dinheiro público possam concorrer a cargos eletivos, tema que foi tratado no relatório da comissão apresentado em agosto.

A norma hoje em vigor (Lei Complementar 64/90) estabelece que são inelegíveis, para qualquer cargo, "os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão".

Mas, na prática, esse dispositivo tornou-se inócuo. Isso porque permite que o acusado deixe sua condição de inelegível pelo simples fato de recorrer da decisão a um tribunal de primeira instância. "A presunção da inocência até o trânsito em julgado [decisão final da Justiça, que não permite mais recurso] da decisão penal condenatória deve restringir-se apenas à órbita penal", diz o advogado e ex-procurador-geral do Ceará Djalma Pinto, em seu livro *Direito Eleitoral*. "Nunca, jamais, para, diante de prova documental incontroversa, entregar dinheiro da população ao suposto 'inocente' para ser novamente desviado."

Essa questão é alvo de um novo projeto (PLS 231/06), do senador Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado, que visa impedir que um indivíduo processado possa concorrer a uma eleição



JANE ARAÚJO

Autor do projeto, Tuma quer impedir que cidadão processado por corrupção possa concorrer com um simples recurso judicial

mediante a apresentação de um simples recurso. Para que ele seja elegível, deve ter recebido sentença final favorável na Justiça.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por sua vez, elaborou proposta de emenda ao projeto de Tuma ampliando o alcance da norma. Além de manter a exigência de uma decisão final da Justiça para liberar a candidatura de um político processado, a proposta atinge outros tipos de processo, como os de fiscalização, nos quais não há julgamento de contas propriamente dito.

A nova redação também amplia o alcance da norma para abranger os particulares que, nas suas relações com a administração pública, tenham cometido irregularidades, ou participado delas. O

objetivo, segundo o relatório da CPI dos Sanguessugas, é conferir o mesmo tratamento a todos os responsáveis, por ato ou omissão, que tenha motivado o julgamento por irregularidade, independentemente da sua condição de agente público ou não.

Outra mudança foi feita para conferir maior clareza no que diz respeito à data a partir da qual deve ser contado o prazo de cinco anos de inelegibilidade. Os autores da proposta, diz o relatório da CPI, "preferiram a expressão 'trânsito em julgado' em substituição a outras, como 'decisão definitiva', pois ela representa com precisão a situação que se pretende expor, qual seja, o fato de que não é mais possível interpor recurso com efeitos suspensivos".

TSE rejeita candidatura de acusado de fraude

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não acatou na semana passada o mandado de segurança do deputado federal Paulo Baltazar (PSB-RJ) contra o indeferimento de sua candidatura à reeleição. Baltazar recorreu ao TSE contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), que indeferira na semana anterior o registro de sua candidatura por causa da suspeita do envolvimento dele na máfia dos sanguessugas.

O TSE havia recebido, até a quinta-feira passada, 134 recursos contra indeferimento ou deferimento de candidaturas nos TRES de 11 estados e do Distrito Federal, entre eles o de Baltazar.

As razões para os recursos são variadas, entre elas: ausência de documentos indispensáveis; inobservância do prazo de desincompatibilização; duplicidade de filiação partidária; inobservância do prazo de filiação; contas de campanha rejeitadas ou não apresentadas; ausência de quitação

com a Justiça.

O Ministério Público Eleitoral, por sua vez, recorreu em 54 casos de candidaturas aprovadas pela Justiça nos estados. Recorreu, por exemplo, contra a admissão da candidatura de Melkisedek Donadon (PMDB-RO) ao Senado. Embora o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia tenha autorizado a participação do político no pleito, o Ministério Público argumentou que sua vida pregressa o impede de concorrer a um cargo público. Segundo o MP, existe nesse caso uma sentença condenatória, com trânsito em julgado, em ação de improbidade administrativa contra o candidato.

Mais de 1.500 candidatos barrados

Mais de 1.500 candidaturas foram indeferidas nos tribunais regionais do país, de um total de 20.705 solicitações, segundo dados divulgados na segunda-feira passada pelo TSE. O número significa que mais de 7% dos

candidatos tiveram seus registros indeferidos.

O levantamento destaca que, entre os cargos majoritários em disputa, foram indeferidos 45 registros, entre eles dois para presidente da República e 13 para governador. Os dados mostram ainda que, entre o requerimento de registro e o julgamento do pedido, oito candidatos faleceram e 791 renunciaram.

De acordo com o calendário eleitoral, o TSE tem prazo até o dia 20 de setembro para julgar todos os recursos contra indeferimento ou deferimento de candidaturas.

Por 6 votos a 1, os ministros do TSE também decidiram, na semana passada, não examinar o mérito da consulta do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que poderia impedir a posse de candidatos eleitos que respondem a processos por corrupção. O tribunal alega que a consulta foi realizada fora do prazo, pois deveria ter sido feita antes do período eleitoral, iniciado em 5 de junho.

Quórum para votação preocupa Biscaia

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia, disse temer falta de quórum na reunião marcada para esta terça-feira com o objetivo de votar mais de 130 requerimentos pendentes na comissão. Ele lembrou que, neste período eleitoral, a CPI não conseguiu reunir o número mínimo de parlamentares para realizar reuniões ordinárias, exceto na votação do relatório parcial, aprovado no dia 10 de agosto.

Biscaia salientou que os trabalhos da comissão precisam avançar, o que, na sua opinião, depende da aprovação de requerimentos sobre convocação de depoentes e quebra de sigilos de personagens importantes.

Ele informou que a comissão decidiu incluir, entre os requerimentos a serem votados nesta

terça, o que pede a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da relações-públicas Cristianne Mayrink Sampaio Silva, que supostamente

colaborava na administração das emendas parlamentares e na cobrança de propinas no esquema de compra de ambulâncias superfaturadas com dinheiro do Orçamento da União.

Para que a segunda fase dos trabalhos da CPI dos Sanguessugas seja acelerada, Biscaia disse que é necessário agendar já os depoimentos para depois das eleições, em 1º de outubro, o que requer a aprovação dos requerimentos pelos integrantes do colegiado. Só depois de colhidos os depoimentos, frisou ele, a CPI poderá concluir a investigação e elaborar um relatório final.

Prefeitos envolvidos teriam recebido até R\$ 750 mil, diz Sampaio

nesta semana.

Na quinta-feira, o sub-relator de Sistematização da CPI, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), apresentou um fluxograma que

demonstra a ligação de 37 parlamentares que receberam propina de Luiz Antônio Vedoin com 60 prefeituras que também teriam sido beneficiadas pelo esquema. Os prefeitos envolvidos teriam recebido propina de até R\$ 750 mil.

O sub-relator declarou também que houve no Congresso manipulação não apenas das emendas individuais ao Orçamento, mas também das emendas de bancada.

- O que se está percebendo é que existiam parlamentares que eram verdadeiros gerentes regionais nesse esquema de corrupção. Cooptavam outros parlamentares e distribuíam as ambulâncias e ganhavam um percentual para si - destacou.

Segundo Carlos Sampaio, os dados servirão de subsídio para o deputado Júlio Redecker nas investigações sobre o envolvimento do Poder Executivo com a máfia das ambulâncias.



J. FREITAS

Biscaia ressalta que a CPI dos Sanguessugas ainda poderá investigar qualquer parlamentar contra o qual existam indícios

COMÉRCIO EXTERIOR

Brasil e China ampliam áreas de cooperação

O Brasil e a China têm a responsabilidade de defender, em conjunto, os interesses dos países em desenvolvimento, afirmou na quarta-feira o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular da China, Wu Bangguo, durante encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Além de experiências históricas semelhantes, observou o líder chinês, os dois países têm visões convergentes sobre temas internacionais.

– Defendemos a democratização das relações internacionais e a constituição de um mundo multipolar, com respeito à diversidade cultural – afirmou Wu Bangguo, em reunião que contou com a presença do presidente da Câmara,

Aldo Rebelo, dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Agripino (PFL-RN), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Luiz Otávio (PMDB-PA), e de autoridades chinesas.

Além de defender uma atuação conjunta em defesa dos países

em desenvolvimento nos fóruns internacionais, Wu Bangguo elogiou o atual estágio das relações bilaterais. Ele antecipou aos presidentes das duas Casas do Congresso o anúncio da aquisição, pela China, de cem aviões Embraer.

A compra dos aviões brasileiros, que vão operar em linhas regionais, atende a uma das exigências feitas pelo governo brasileiro para reconhecer a China como economia de mercado – o que dificulta a imposição de sanções a produtos chineses. O gesto também pode ser interpretado como uma resposta do governo chinês à decisão da Embraer de montar uma fábrica em território chinês. Segundo informou o presidente da Assembléia Popular, dez aviões Embraer serão fabricados neste ano na China.

Renan Calheiros e Wu Bangguo manifestaram a disposição de trabalhar pelo aprofundamento de parcerias estratégicas e pela ampliação dos acordos assinados entre Brasil e China. A autoridade

de chinesa apontou a cooperação técnica e científica como “ponto brilhante” do relacionamento bilateral. Ele citou como exemplo o lançamento de dois satélites binacionais e anunciou que a cooperação espacial entre os dois países vai continuar.

Autoridade profere palestra na Câmara

Na quinta-feira, durante palestra na Câmara dos Deputados, Wu Bangguo fez a previsão de que o comércio entre Brasil e China deverá alcançar até 2007 o montante de US\$ 20 bilhões. O valor é superior aos US\$ 18,7 bilhões do comércio entre o Brasil e os demais países do Mercosul, no ano passado.

Em seu último dia de visita ao Brasil, antes de seguir para o Uruguai, o segundo homem da hierarquia política chinesa ressaltou ainda a mudança da composição da pauta bilateral de comércio, para incluir produtos de maior conteúdo tecnológico.

– A composição de produtos no comércio bilateral está passando por mudanças essenciais. Aviões regionais brasileiros e outros produtos de alta tecnologia e alto



Em visita ao Senado, Wu Bangguo (E) é recebido por Renan (D), acompanhado por Antonio Carlos, Wellington Salgado e José Agripino

valor agregado estão ganhando a preferência do mercado chinês, enquanto produtos chineses de eletrônica e telecomunicações já têm confiança dos consumidores brasileiros – enumerou Wu na conferência realizada no Auditório Nereu Ramos.

Após traçar um histórico da aproximação entre a China e a América Latina, Wu apresentou

cinco sugestões para aprofundar as relações entre as duas regiões: ampliar a “confiança política mútua”; aumentar o relacionamento econômico; diversificar os intercâmbios pessoais e culturais; intensificar a cooperação parlamentar, com visitas mútuas; e aprofundar “consultas e coordenações” nos assuntos internacionais.

Gigante impõe um novo perfil de produção

Indústria chinesa conquista mercado ao investir em alta tecnologia e sofisticação

Cena 1

Porto Qianwan, em Qingdao, leste da China. Dez horas da manhã. Navios carregados de minério de ferro chegam do Brasil. De lá, seguem para as grandes siderúrgicas espalhadas pelo país.

O desenvolvimento chinês está ligado ao processo de reorganização da produção da indústria em escala mundial. Buscando adaptar-se a essa nova ordem, a China abriu-se ao capital estrangeiro e investiu na infra-estrutura, com a ampliação e construção de estradas, ferrovias, portos e aeroportos.

Desde a adoção da política de reformas, no final dos anos 1970, até 2005, o país já recebeu mais de US\$ 620 bilhões em investimentos estrangeiros diretos. No processo de globalização, a China entrou como fornecedor de mão-de-obra abundante e barata para as corporações multinacionais, que transferiram ao país grande parte de suas fábricas.

A Embraer é um exemplo disso. Junto à China Aviation, estatal chinesa do ramo aeronáutico, a empresa brasileira constituiu uma unidade de produção de aviões de passageiros naquele país.

– Hoje [a China], é líder no comércio mundial e isso não se explica apenas pelas exportações tradicionais, como era logo no

início desse boom chinês, como têxteis, calçados e brinquedos. A presença chinesa está se dando cada vez mais em produtos com alto valor agregado e mais sofisticados, com ganhos de qualidade – explica José Frederico Álvares, gerente de comércio exterior da Confederação Nacional da Indústria.

Cena 2

São três horas da tarde. Em alguma fábrica no interior da China, centenas de operários trabalham duro para garantir a dianteira do país no comércio internacional. No Ocidente, fala-se de trabalho escravo na China, o que garantiria os preços muito baixos dos produtos. O governo chinês nega. Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), será extremamente difícil não sofrer sanções internacionais caso o trabalho escravo seja constatado.

Para a vice-diretora do Departamento de Assuntos Americanos do Ministério do Comércio, Lu Yuzhong, as razões dos preços competitivos dos produtos chineses são outras.

– Temos um país muito populoso, rico em recurso de mão-de-obra. Como é um país que tem economia de mercado, está sujeito à relação entre oferta e



Uma das principais cidades chinesas, Xangai é exemplo das mudanças ocorridas no país desde a adoção da política de abertura comercial

procura. Assim, não existe intervenção artificial do governo chinês nessa questão. Além disso, o custo de vida no país é relativamente baixo, o que explicaria valores reduzidos dos salários – justifica.

Cena 3

Aeroporto de Hong Kong. Nove horas da noite. É intenso o movimento de passageiros e cargas. Os aviões partem lotados de produtos da indústria chinesa, que vão abarrotar as prateleiras das lojas em todo o mundo. Também pelas aeronaves, milhares de pessoas chegam e partem diariamente, para viagens de turismo, negócios ou convenções. O Brasil é um dos mais importantes destinos dos produtos e dos turistas.

Cena 4

É manhã no aeroporto de Manaus, no Brasil. Um avião com turistas chineses acaba de aterrissar. Os pacotes de viagem que eles compraram em Pequim ou Xangai para conhecer a flo-

resta amazônica são resultado de intensas negociações entre os dois países.

A China concedeu o status de destino turístico para o Brasil, o que tem permitido a venda de pacotes turísticos naquele país. A nação asiática é um dos maiores emissores de turistas do mundo. Apenas em 2003, cerca de 13 milhões de chineses visitaram outros países. O Brasil quer atrair parte desse contingente.

Para o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o fato de a China adotar o sistema comunista não impede o aprofundamento da parceria estratégica entre aquele país e o Brasil.

– O que importa é a intensificação das boas relações econômicas, deixando de lado o problema ideológico, porque assim estaremos resolvendo os problemas da China; porque lá faltam matérias-primas, que são o grande patrimônio do nosso país – diz o senador.

Luiz Carlos Fontelles, da Rádio Senado

PLENÁRIO

Paim diz que decisão da Volks é “terrorismo”

Paulo Paim (PT-RS) classificou, na sexta-feira, como “terrorismo” o anúncio da Volkswagen do Brasil de decretar férias coletivas para 21 mil trabalhadores. O senador também disse estranhar que a direção da empresa tenha demitido quase 2 mil metalúrgicos – fato que, segundo ele, surpreendeu a todos.

– Os trabalhadores da Volkswagen estão apenas reivindicando o direito sagrado ao emprego – afirmou Paim, ao pedir que o Senado promova uma série de audiências públicas destinadas a encontrar saídas para a crise da empresa, a exemplo do que ocorreu com a Varig.

Heráclito pede explicação sobre prejuízo de fundos

Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu, em Plenário, que o governo procure esclarecer operações praticadas pelo Citigroup que trazem prejuízos para os maiores fundos de pensão do país. O senador disse que é oportuno fazer um requerimento para que o diretor da instituição venha ao Congresso falar sobre a situação em que se encontram os fundos e todo o sistema de previdência complementar do país.

Heráclito apresentou também requerimento de pesar pela morte de José do Rego Maciel, pai do senador Marco Maciel (PFL-PE), que falecera durante a madrugada no Recife.

Voz do Leitor

OBRAS INACABADAS

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei para que todos os governadores e prefeitos tenham que concluir as obras que iniciaram no decorrer do seu mandato, e para que não possam começar novas obras no fim do mandato, mesmo que sejam candidatos à reeleição e independentemente de quais tenham sido seus antecessores ou de quais sejam os sucessores, pois os municípios e estados ficam prejudicados com as obras inacabadas. Caso um administrador não cumpra a lei, deverá perder o mandato.”

Dennys e Silva Mayer, de Sumé (PB)

CAMPANHA ELEITORAL

“Solicito que se faça uma investigação de como estão sendo feitas as contratações dos trabalhadores que estão fazendo as campanhas eleitorais e uma divulgação dos resultados.”

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

PARTIDOS POLÍTICOS

“Solicito empenho dos senhores senadores em relação ao fim da cláusula de barreira dos partidos políticos. Na minha opinião, a forma como essa cláusula está sendo conduzida prejudicará a democracia brasileira. Além disso, não é impedindo os pequenos partidos de participar do processo eleitoral que algo será mudado no país. Sugiro também que cada partido tenha sempre um espaço na mídia para divulgar suas idéias e planos.”

Cândido de Matos Gomes, de Reserva (PR)

INVESTIGAÇÕES

“Uma nova onda de investigações, acompanhada de verdadeira caça aos corruptos,

instalou-se no país. Não por iniciativa do governo, mas de uma parcela cada vez maior de cidadãos e órgãos da imprensa, que, de maneira imparcial, vêm revelando as facetas de um governo corrupto e que nunca nos enganou.”

Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)

DESARMAMENTO

“Sou a favor de um controle honesto e criterioso de armas e munições. Hoje não possuo arma, mas não quero ter esse direito cassado. O referendo sobre o desarmamento mostrou a todos que essa é a opinião e a vontade da população. Mas é necessário que se criem dificuldades para a obtenção das armas, e isso deve ser posto em prática.”

Denis Corbo, de São Paulo (SP)

SANGUESSUGAS

“A CPI dos Sanguessugas revelou a existência de uma verdadeira quadrilha. Acredito que, apesar de tudo, a população ainda tem esperança de ver o país melhorar.”

Renato Neves, de Tabaporã (MT)

APOSENTADORIA

“A idade para aposentadoria deveria ser reduzida para 55 anos para os homens e 50 anos para as mulheres. Sugiro também que o tempo mínimo de contribuição seja reduzido para 25 anos.”

Edvan Cardoso Machado, de Viseu (PA)

DESEMPREGO

“Até quando conviveremos com o desemprego e a corrupção no país? Peço aos políticos que, no ano de 2007, repensem a situação atual do país.”

Adão Gomes, de São João do Meriti (RJ)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

LIBERAÇÃO DE VERBAS

José Aparecido de Oliveira, Santana do Paraíso (MG)
“Senador Almeida Lima, os senadores possuem a mesma prerrogativa do Executivo, de liberar verbas para os municípios?”

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) responde:

Gostaria de informar que os senadores possuem a prerrogativa de apresentar emendas, mas é o Executivo que libera os recursos destinados aos municípios brasileiros. Tenho, inclusive, uma proposta pela qual são proibidas essas transferências pelo Executivo, dadas as injustiças que se verificam no país entre os municípios, que não são tratados de forma equânime. E também pela constatação de que o procedimento de liberação de verbas para estados e municípios amplia a corrupção. No entanto, já ficou estabelecida em emenda à Constituição, aprovada pelo Senado, a proposta do orçamento impositivo, pelo qual todos os parlamentares terão o mesmo direito de liberação das emendas. Com o orçamento impositivo elas serão automaticamente liberadas.



AGENTES COMUNITÁRIOS

Givanildo Rosalino Gomes, de Itamaraju (BA)
“Senador Antonio Carlos Magalhães, com a aprovação da PEC 7/06, o salário dos agentes comunitários irá aumentar?”

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) responde:

Eles são importantíssimos, e por isso, com a intervenção do senador Rodolpho Tourinho e a minha, conseguimos aprovar esse projeto. Acho também que os agentes comunitários devem ganhar melhor em função dos inúmeros casos que atendem em todo o país.



IMUNIDADE PARLAMENTAR

Jorge Rodrigues dos Santos, de Timon (MA)
“Senador Jorge Bornhausen, por que não acabar com a imunidade parlamentar? O senhor não acredita que dessa forma não seria necessário criar CPIs em vão?”

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) responde:

A imunidade parlamentar já foi muito extensa e hoje ficou restrita à palavra e ao voto. Ela não dá impunidade ao parlamentar, mas respeito ao que ele diz investido no seu mandato e não à forma como age e a qualquer crime que cometa, caso em que está sujeito a inquérito no Supremo Tribunal Federal. As CPIs não aumentariam de profundidade sem a imunidade e todos estão sendo investigados mesmo com ela. Portanto, há um equívoco nesse seu questionamento, Jorge.



Frases

“Para mim chega. Não vou mais perder o meu tempo”

Jefferson Péres, ao anunciar que deixará a vida pública ao final do mandato devido ao nível moral baixo que, a seu ver, dominam a política e a população.

“É falta de conhecimento, má-fé ou inocência divulgar a idéia de que a Previdência brasileira é deficitária”

Paulo Paim, em defesa de uma reforma da Previdência que acabe com o fator previdenciário.

“Tudo que existir contra o governo deve ser usado”

José Jorge, pedindo ataques contra o governo no programa eleitoral de Geraldo Alckmin.

“Em época de eleição, cada deputado e cada senador vira diretor de TV em potencial. É igual à Copa, quando 180 milhões de brasileiros transformam-se em técnicos. Vamos seguir a linha estabelecida por especialistas no assunto”

Tasso Jereissati, sobre o programa de Alckmin.

“Temos um Brasil redemocratizado, mas que precisa de aperfeiçoamentos, de correções de rumo, de ações firmes na busca da retomada do nosso caminho. Há muito a ser feito e uma eleição geral é um bom momento para refletir sobre os caminhos a serem tomados”

Renan Calheiros, na comemoração dos 27 anos da anistia no país.

“Até o Haiti pratica uma taxa de juros menor que a brasileira: 13,1% ao ano”

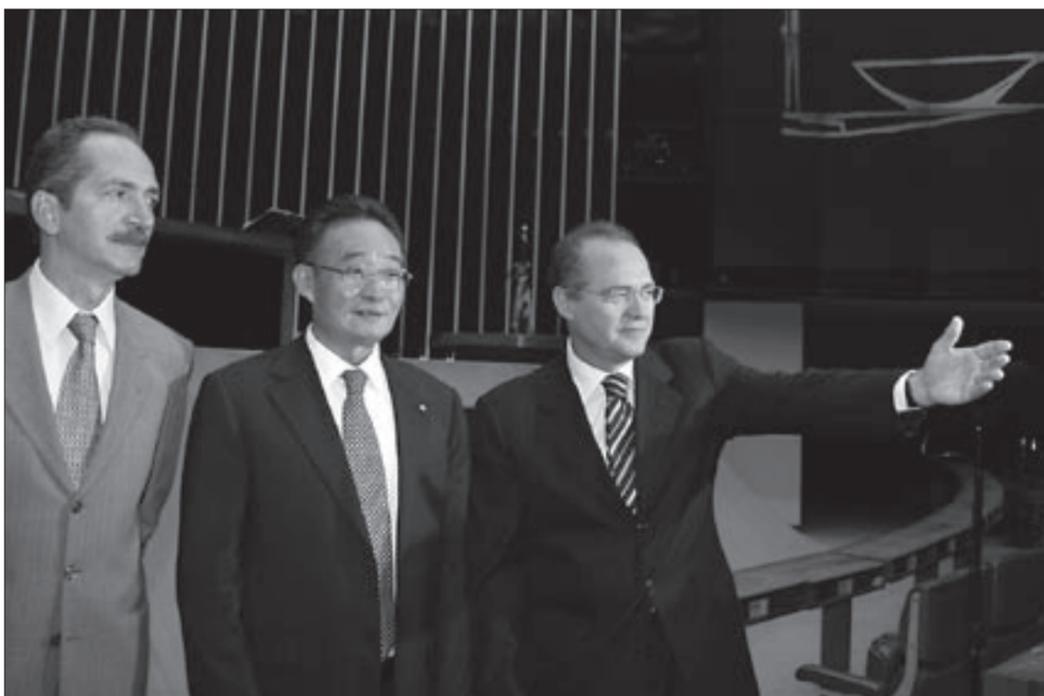
João Alberto Souza, dizendo-se chocado com a liberdade com que os bancos definem tarifas à revelia dos correntistas.

“Quem ganhou ou não ganhou a eleição só vai ser definido no dia 1º de outubro. O ministro atravessou a rua [do Palácio para o Congresso] para cometer um crime eleitoral ou é falta do que fazer mesmo”

Arthur Virgílio, irritado com o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que propôs a Renan Calheiros um pacto envolvendo reformas política e legislativa.

Foto da Semana

O presidente do Congresso, Renan Calheiros (D), recebe, ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular da China, Wu Bangguo. No encontro com os parlamentares brasileiros, o político chinês defendeu o multilateralismo e a democratização das relações internacionais, com respeito à diversidade cultural



J. FREITAS

Rádio Senado entrevista Turíbio Santos

Um dos maiores nomes do violão erudito brasileiro, Turíbio Santos é o entrevistado da *Escala Brasileira*, que vai ao ar neste sábado, às 20h, na Rádio Senado. Nascido em São Luís (MA), filho de pai violonista, aos três anos mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, e aos dez começou a estudar violão. Estudou na Inglaterra (com Julian Bream), Espanha (com Segóvia) e França, onde também exerceu a função de professor. Foi pioneiro na divulgação da obra de Heitor Villa-Lobos no exterior.

Turíbio Santos gravou obras de compositores populares,

como João Pernambuco, Garoto e Dilermando Reis. Nos anos 60 integrou, ao lado de Hermínio Bello de Carvalho, um movimento que buscava unir a música erudita à popular. Nessa época, apresentou-se ao lado de Jacob do Bandolim, Aracy de Almeida, Clementina de Jesus e Paulo Tapajós.

Com mais de 40 discos gravados, fundou em 1983 a Orquestra Brasileira de Violões e é diretor do Museu Villa-Lobos, no Rio de Janeiro, desde 1985.

Já o *Música do Brasil* apresenta especial sobre Joubert de Carvalho, neste sábado, às 16h, com



CLUBE DO CHORO/DIVULGAÇÃO

Um dos maiores violonistas brasileiros, Turíbio Santos fala de música erudita e popular no *Escala Brasileira* deste sábado

reprise no domingo, às 11h.

Autor de clássicos populares da música brasileira, Joubert de Carvalho teve como parceiros Olegário Mariano e Pascoal Carlos Magno, e sua obra foi interpretada pelas principais vozes de sua época, como Car-

mem Miranda (*Tai!*) e Francisco Alves (*Lembro-me ainda*). Além dessas canções, o programa destaca ainda *Pierrô*, *Príncipe*, *De papo pro ar*, *Zingara*, *Maringá*, *Por quanto tempo ainda*, *Minha casa*, *Silêncio do cantor* e *A flor e a vida*.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Obra narra a crença dos seguidores de Jacobina

ALEXANDRE GUIMARÃES

“O fanatismo é a única forma de força de vontade acessível aos fracos”, afirmou certa vez o filósofo alemão Nietzsche. Historicamente, o surgimento de comunidades de seguidores de novos messias acontece quando se unem fatores tais como pobreza, falta de dignidade humana e ignorância – aliadas ao esquecimento das autoridades. Psicologicamente, o fanático é a pessoa cujos comportamentos excessivos, especialmente por uma causa religiosa ou política extrema, levam à perda da razão.

Na história brasileira, Canudos talvez seja o maior exemplo de fanatismo, mas não o único. Em *Os Muckers*, do jesuíta alemão Ambrósio Schupp, volume 32 das Edições do Senado Federal, temos a narração detalhada de um movimento, em Santa Catarina, que foi concluído com a carnificina dos seguidores de Jacobina Metz em agosto de 1874.

Desde criança, Jacobina dizia-se em transe e diagnosticava doenças. Com o tempo, passou a afirmar-se como a encarnação de Cristo, prometendo estabelecer a Cidade de Deus. Em 1866, do casamento com João Maurer, que exercia a medicina por “ordem de Deus”, tomou força o movimento dos *muckers*, termo usado para designar, em alemão, “falsos santos”.

Com a radicalização do mo-



Muckers: maioria das vítimas era de imigrantes alemães

vimento, matam a família de dissidentes e executam um tio de João Maurer que era opositor dos *muckers*. Parcas forças policiais chegam em junho de 1874. A crença de que os seguidores seriam imunes à morte faz com que lutem com afinco. Na primeira batalha, são 39 militares mortos contra seis fanáticos.

Os ataques são sucessivos, até que, em 2 de agosto, desesperada pelos poucos seguidores ainda vivos, “Jacobina, toda escabelada, o olhar desviado, precipita-se para fora da choupana [e] é varada por uma bala”.

A obra, bem escrita, quase romancada, é prazerosa. Após lê-la, vale a pena ver o bom filme *A Paixão Jacobina*, de Fábio Barreto, que também reproduz a saga dos *muckers*. Nesse contexto, vale também o conselho do papa Paulo VI: “Para conhecer a Deus é necessário conhecer o homem”.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Os Muckers*, do jesuíta alemão Ambrósio Schupp, volume 32 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

EXPOSIÇÃO

Avanços na inclusão da pessoa com deficiência

Para homenagear as 58 pessoas com deficiência que integram o quadro funcional do Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, disse que acessibilidade não se reduz à oferta de cadeira de rodas nem ao rebaixamento de meio-fio para facilitar a locomoção, mas a um maior equilíbrio na oferta de oportunidades.

Na solenidade destinada a encerrar a Semana da Pessoa com Deficiência, Renan ressaltou que o Senado está comemorando, ao lado da sociedade civil, uma nova consciência na promoção da diversidade humana, já presente no serviço público brasileiro. Disse ainda que essa nova postura diante da pessoa com deficiência é medida fundamental numa democracia.

– Entre nós, servidores e parlamentares, a idéia da expansão contínua da acessibilidade figura, há tempos, entre as metas centrais da instituição, e tem se



No encerramento da Semana da Pessoa com Deficiência, Efraim (E), Renan, Romeu Tuma e Agaciel Maia participam de café da manhã

traduzido em medidas concretas, que vêm melhorando a conformação do nosso espaço físico.

O presidente do Senado explicou que o conceito de acessibilidade deve representar para o usuário do Senado o direito de acessar as redes de informações, o direito à eliminação de bar-

reiras arquitetônicas, de acesso físico, de disponibilidade da comunicação, de equipamentos e de programas adequados.

Renan destacou ainda a criação do Serviço de Atendimento e Apoio à Pessoa com Deficiência, especializado em atendimento de deficientes visuais.

Agaciel: Senado é exemplo de acessibilidade

Em discurso em que listou as inúmeras providências adotadas pelo Senado para promover o acesso e a inclusão das pessoas com deficiência, o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, disse que o Senado torna-se um exemplo de instituição pública que oferece condições adequadas de ingresso às suas dependências.

Ele afirmou que a idéia básica dessa iniciativa é oferecer não apenas aos funcionários, mas a todos os cidadãos com deficiência que chegam ao Legislativo,

condições adequadas de acesso às suas dependências e aos serviços e informações prestados pelo Parlamento.

– O cumprimento de 90% do que dispõe a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência é, para todos nós, uma importante conquista – ressaltou.

Agaciel lembrou alguns eventos realizados pelo Senado em favor da inclusão, como a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, a exposição

fotográfica *Imagens da Inclusão* e a campanha de conscientização “Com as nossas diferenças, somos todos iguais”.

Também participaram do evento os senadores Efraim Moraes (PFL-PB), Romeu Tuma (PFL-SP), Paulo Paim (PT-RS), César Borges (PFL-BA) e Paulo Octávio (PFL-DF), além de funcionários e dirigentes da Casa, como o diretor da Secretaria de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi, e a chefe do Cerimonial da Presidência do Senado, Mônica

Aconteceu no Senado



Jânio Quadros, que prometia combate à corrupção, teve votação recorde e levou a UDN ao poder. Seu governo, porém, durou apenas sete meses

Fenômeno político que varreu o país

A eleição de Jânio Quadros em 3 de outubro de 1960 foi o auge de uma carreira meteórica: de vereador a presidente em 13 anos. Mato-grossense radicado em São Paulo, Jânio chegou ao poder pela UDN, encerrando um longo ciclo getulista.

O governo de Juscelino Kubitschek deixara um gigantesco aumento da dívida externa e, no bolso do povo, alto custo de vida como consequência de sua política desenvolvimentista. Jânio venceu tendo uma vassoura como símbolo, prometendo acabar com a corrupção.

Os apoiadores de JK o defendiam na tribuna do Senado. O senador paraibano Argemiro de Figueiredo (PTB) discursou:

– Qualquer presidente medíocre tem nas mãos os instrumentos da deflação. Basta

reprimir com rigor as despesas para valorizar a moeda e atingir a meta preconizada do equilíbrio orçamentário.

A surpresa foi a renúncia de Jânio em menos de sete meses. Era o fim do governo que prometia varrer a “bandalheira” mas tropeçou na personalidade imprevisível de Jânio. O resultado, nova ameaça de golpe. O vice-presidente, João Goulart, do PTB, só conseguiu tomar posse com a Campanha da Legalidade. E cinco dias após a aprovação da emenda parlamentarista, em 2 de setembro de 1961, assim descrita pelo senador Venâncio Igrejas (UDN-RJ):

– Disfarçado golpe branco, de aspecto confusamente revolucionário, (...) a compor nova página curiosa para a história sempre singular de nosso país exótico.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Conheça as causas e os sintomas da hemofilia

O Especial Cidadania desta semana traz informações sobre as coagulopatias ou doenças hemorrágicas, como as hemofilias. Coagulopatias são desordens que ocorrem quando há algum problema com os fatores de coagulação. Esses fatores são 13 das muitas proteínas presentes no sangue humano.

Os 13 fatores trabalham juntos e são responsáveis pela formação do coágulo que estanca o san-

gramento.

Em pessoas com hemofilia, os fatores VIII ou IX estão baixos ou ausentes e, por isso, a reação em cadeia é interrompida, o coágulo não se forma corretamente e a hemorragia continua. Outras coagulopatias hereditárias menos frequentes são: deficiência de fibrinogênio, deficiência de fatores II, V, VII, X, XI e XIII, e a doença de von Willebrand.

A doença de von Willebrand

ocorre quando o fator de coagulação chamado de Fator de von Willebrand (FvW) não funciona corretamente ou quando não é produzido em quantidade suficiente no sangue. Em muitos pacientes com a doença de von Willebrand pode haver uma menor quantidade também do fator VIII, pois a proteína de von Willebrand também atua como transportadora desse outro fator no plasma.



MARCOS BERGAMASCO/SECOM- MT

Transfusão de sangue faz parte do cotidiano do hemofílico: maior risco são as hemorragias internas, principalmente em músculos

Hemofílico pode levar vida normal

Hemofilia é uma desordem hereditária da coagulação que afeta aproximadamente, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada 10 mil pessoas. No Brasil, há cerca de 9 mil hemofílicos. Em mulheres, casos de hemofilia são muito raros.

Pessoas com hemofilia A têm déficit do fator VIII de coagulação do sangue; e as com hemofilia B, déficit do fator IX. A hemofilia B só foi distinta da A em 1952, e é comumente chamada de doença de Christmas. No Brasil, 80% a 85% são hemofílicos A e 15% a 20% são hemofílicos B.

TRANSMISSÃO – O par de cromossomos que determina o sexo do ser humano é XX para mulheres e XY para homens. Cada cromossomo tem numerosos genes. O gene da hemofilia é ligado ao cromossomo X. O homem hemofílico passa o gene para suas filhas, mas não para seus filhos. A filha do hemofílico é sempre portadora do gene da hemofilia, mas não é hemofílica porque seu segundo cromossomo X, que herdou da mãe, não tem o gene da hemofilia e domina o cromossomo X do pai. Esta mulher portadora do gene da hemofilia pode transmiti-lo para 50% de seus filhos homens – que serão hemofílicos – e para 50% das suas filhas, que serão

também portadoras. Os casos de mulheres hemofílicas são muito raros, mas uma mãe portadora do gene e um pai hemofílico têm 25% de chance de ter uma filha com a doença. Também há casos de hemofilia não hereditários, que ocorrem em famílias sem antecedentes. Esses casos são provocados por mutações (mudanças inesperadas) espontâneas do gene.

GRAUS – A quantidade de fator coagulante é o que classifica a hemofilia em leve, moderada ou grave. Hemofílicos leves têm de 6% a 24% de fator; hemofílicos moderados têm de 1% a 5% de fator. Na hemofilia grave, a quantidade de fator é inferior a 1%. Pessoas com hemofilia leve têm raros episódios hemorrágicos, que normalmente estão relacionados a grandes traumas ou cirurgias. Hemofílicos graves freqüentemente apresentam sangramentos cuja causa não é evidenciada, chamados de sangramentos espontâneos.

TRATAMENTO – Embora o tratamento de reposição com fatores VIII ou IX possam manter o hemofílico em condições de levar uma vida perfeitamente normal, segundo a Federação Mundial de Hemofilia, somente cerca de 25% dos hemofílicos no mundo recebem esse tratamento adequado. No

Brasil, todos os hemofílicos têm direito a receber de graça do Sistema Único de Saúde (SUS) os medicamentos e o tratamento. Alguns hemofílicos estão treinados para fazer a reposição do fator deficitário com a auto-aplicação, por via endovenosa. Também é possível fazer a reposição em um centro hematológico. Os concentrados de fatores de coagulação utilizados para a reposição são retirados do plasma (porção líquida do sangue humano) de doadores e devem ser tratados para tornar inativos vírus como o da Aids (HIV) e o da hepatite C (HCV), evitando a transmissão de doenças. Os hemofílicos sangram mais vezes e por mais tempo que indivíduos com níveis normais de proteínas. Isso não quer dizer que pessoas com hemofilia sangrem até morrer por pequenos traumas. O maior problema são as hemorragias internas, principalmente dentro dos músculos (hematomas) e dentro das articulações (hemartroses). Uma vez constatado o sangramento, é necessário fazer a reposição do fator anti-hemofílico deficitário, imobilização e uso de gelo. Mas, para que o tratamento seja completo, o paciente deve fazer exames regularmente e jamais utilizar medicamentos que não sejam recomendados pelos médicos.

Fonte: Associação dos Hemofílicos do Rio de Janeiro (AHRJ).

Doença de von Willebrand

A doença de von Willebrand é um distúrbio hereditário caracterizado por lentidão anormal da coagulação do sangue provocada pela carência ou ausência do fator de von Willebrand (FvW).

Alterações genéticas relacionadas ao FvW ocorrem em aproximadamente uma em cada mil pessoas, na mesma proporção em homens e mulheres.

No entanto, só são graves em 1% delas. Apenas as pessoas que possuem deficiência grave

necessitam de tratamento, que consiste em aumentar o nível sanguíneo do FvW e do fator VIII.

Pequenos sangramentos ou hematomas não requerem tratamento específico. Em eventos hemorrágicos mais severos, podem ser utilizados medicamentos capazes de elevar os níveis de FvW e, assim, limitar o sangramento.

Fonte: Associação dos Hemofílicos do Rio de Janeiro (AHRJ)

Estatual vai produzir hemoderivados

O Brasil, hoje, importa 90% dos hemoderivados que consome. Entre eles, as unidades de fatores de coagulação distribuídas pelos hemocentros. No final de 2004 foi criada por lei (Lei 10.972/04) a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás). A diretoria da empresa foi nomeada em agosto de 2005. A Hemobrás tem como objetivo produzir hemoderivados a partir do fracionamento do plasma obtido no Brasil. No ano passado, a fábrica da Hemobrás começou a ser construída em Goiana (PE), que deve começar a funcionar em 2008. Segundo a Agência Brasil, em agosto deste ano foi firmado um convênio entre o Ministério da Saúde e a Hemobrás que permitirá que 160 hemocentros recebam equipamentos para congelar e armazenar o sangue

coletado de doadores em todo o país. O objetivo é chegar à auto-suficiência na produção de plasma e hemoderivados no Brasil até 2010. Para o presidente da Hemobrás, João Paulo Baccara, além de garantir a eficiência nas transfusões de sangue, o novo equipamento vai possibilitar mais qualidade do plasma armazenado. “Para que o plasma tenha qualidade em excelência, de nível internacional, ele tem que ser congelado o mais rápido possível”, explicou. Atualmente, o Brasil gasta US\$ 130 milhões com a importação de fatores sanguíneos que ajudam na coagulação do sangue de hemofílicos. Com o convênio, os materiais devem ser produzidos no Brasil e destinados aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), com preço mais acessível.

Informações

Ministério da Saúde
Disque Saúde: 0800 61-1997
www.saude.gov.br

Ouvidoria Geral do SUS
Tel: (61) 3448-8900 e 3448-8926

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Disque Medicamentos:
0800 644-0644
www.anvisa.gov.br
Endereços, telefones e sites dos hemocentros:
www.anvisa.gov.br/sangue/hemo.htm

Federação Brasileira de Hemofilia/Centro dos Hemofílicos

do Estado de São Paulo
Rua Capitão Macedo, 470 Vila Clementino - São Paulo (SP)
CEP 04021-020
Tel: (11) 5573-0648/5573-4814
<http://chesp.sites.uol.com.br>

Associação dos Hemofílicos do Rio de Janeiro (AHRJ)
AHRJ - Rua do Acre, 51/201, Centro - Rio de Janeiro (RJ)
Tel: (21) 2203-0742 (das 9h às 17h)
www.ahrj.org.br

Associação dos Hemofílicos e Pessoas com Doenças Hemorrágicas Hereditárias
www.hemofilico.com.br

Federação Mundial de Hemofilia
www.wfh.org (inglês, francês e espanhol)

Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti (Hemorio)
Tel: (21) 2299-9442
www.hemorio.rj.gov.br

Hemofilia Brasil
Tel: (15) 3332-9122
<http://hemofilia.sites.uol.com.br/>

Divisão de Medicina de Reabilitação do Hospital das Clínicas
Tel.: (11) 5549-0111
www.hcnet.usp.br/haux/dmr

